

População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica

José Eustáquio Diniz Alves¹

jose.diniz@ibge.gov.br

Suzana Marta Cavenaghi²

suzana.cavenaghi@ibge.gov.br

A relação entre população e desenvolvimento esteve sempre presente nos clássicos da economia. Adam Smith via uma relação positiva entre crescimento populacional e econômico. Malthus considerava o crescimento populacional o responsável pela pobreza. Marx, ao contrário de Malthus, considerava que as relações capitalistas de produção eram as verdadeiras responsáveis pela pobreza e que cada modo de produção tinha suas leis próprias de população. Caldwell, ao contrário de Marx, considera que só existem dois regimes de fecundidade, independentemente dos modos de produção, isto é, ele argumenta que a população ou cresce muito ou cresce pouco (ou se reduz) em função da direção do fluxo intergeracional de riquezas³.

Com os avanços da Revolução Industrial e seus desdobramentos educacionais, científicos e tecnológicos foi ficando claro que o desenvolvimento econômico produz dois efeitos sobre a população: a) reduz as taxas de mortalidade em geral, a mortalidade infantil em particular, e possibilita o aumento da esperança de vida da população; b) depois de um certo tempo do início da queda da mortalidade as taxas de fecundidade também começam a cair, provocando a diminuição do tamanho das famílias. Num primeiro momento existe um aumento das taxas de crescimento populacional, mas com a queda da natalidade o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo tendendo para a estabilidade.

Este fenômeno, típico do século XX, foi chamado de **Transição Demográfica (TD)**. Um ganho inequívoco foi que a expectativa de vida média da população mundial dobrou em 10 décadas, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para mais de 60 anos, em 2000. Nunca na história uma melhora das condições de saúde dessa magnitude havia acontecido e, provavelmente, nunca a esperança de vida vai dobrar novamente em um século. No mesmo período, um fenômeno social sem precedentes aconteceu com as taxas de fecundidade do mundo se reduzindo pela metade, passando de algo menos do que 6 filhos por mulher, em 1900, para cerca de 2,8 filhos, em 2000.

Se o desenvolvimento econômico afetou a dinâmica populacional, o ganho de anos de vida e a redução do tamanho da prole das famílias teve dois efeitos positivos sobre o desenvolvimento: a) uma população com maiores anos de vida garante, em geral, maiores retornos econômicos para as famílias e a economia; b) menores taxas de fecundidade

¹ Professor da Pós-graduação do IBGE.

² Professora da Pós-graduação do IBGE.

³ Para maiores detalhes desta discussão ver: ALVES, J.E.D. População, Bem-Estar e Tecnologia: Debate Histórico e Perspectivas, Revista Multiciência, Campinas, Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.multiciencia.unicamp.br/art02_6.htm

provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa e reduzindo as taxas de dependência demográficas. Estas duas características das populações que passaram pela transição demográfica possibilitam o surgimento de um Bônus Demográfico⁴ que favorece o desenvolvimento econômico. Desta forma, o desenvolvimento provoca mudanças na dinâmica populacional e essas mudanças, por sua vez, reforçam o desenvolvimento econômico.

Considerando somente a variável fecundidade, a grande novidade da Primeira Transição Demográfica (PTD) foi a redução da parturição que estava distribuída ao longo do ciclo de vida reprodutiva da mulher (fecundidade natural, isto é, sem regulação deliberada de quantidade e espaçamento dos filhos) para uma parturição limitada nas idades mais avançadas, com menos filhos das ordens mais altas e em idades mais velhas das mães. Portanto, a novidade da PTD foi o controle da parturição dentro da família, com fortalecimento da família nuclear. A PTD começou na Europa e nos países de colonização européia e depois se espalhou pelo mundo. Na Europa, a TD aconteceu concomitante ao processo de emigração do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Na PTD as taxas de fecundidade caem, mas, em geral, continuam acima do nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher)⁵.

Na segunda metade da década de 1980 foi ficando claro que os fenômenos do desenvolvimento social e da transição demográfica estavam indo além da descrição acima. Em 1986, os demógrafos Ron Lesthaeghe e Dirk Van de Kaa escreveram um texto que fala, pela primeira vez, da **Segunda Transição Demográfica (STD)**. Em 1987, o segundo autor escreveu um texto que se tornou clássico da descrição da STD⁶.

Van de Kaa descreve as principais características da STD na Europa como sendo: a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição; b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) crescimento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e da maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g) crescimento do número de divórcios e separações; h) mudanças do foco das famílias das crianças para o casal adulto (mudança da direção do fluxo intergeracional de riqueza); i) crescimento da imigração.

Nas palavras de Van de Kaa (1987, p. 11), a STD envolve quatro mudanças relacionadas:

- “1) Shift from the golden age of marriage to the dawn of cohabitation;
- 2) Shift from the era of the king-child with parents to that of the king-pair with a child;

⁴ Para uma primeira leitura sobre o Bonus Demográfico no Brasil ver: ALVES, J.E.D. O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil. Aparte, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>

⁵ A Taxa de Fecundidade Total (TFT) de 2,1 filhos por mulher é considerada taxa de reposição, pois um filho reperia a mulher, um filho reperia o pai da criança e o valor 0,1 seria para compensar a mortalidade das crianças que não chegam à idade adulta.

⁶ VAN DE KAA, D. J. Europe's Second Demographic Transition, Population Bulletin 42(1), Washington, PRB, 1987.

- 3) Shift from preventive contraception to self-fulfilling conception;
- 4) Shift from uniform to pluralistic families and households”.

Estas características foram descritas a partir da experiência Européia. Porém, cada vez mais países apresentam as mesmas tendências. Lesthaeghe e Neidert (2006)⁷ consideram que a STD está se generalizando pelas diversas regiões do mundo:

“Twenty years after its introduction, the relevance of the term ‘Second Demographic Transition’ may still be contested, but the manifestation of what it predicted is not: by now, every characteristic of the second demographic transition has spread to the majority of industrialized Western populations, including Mediterranean and Central European countries. And, judging from the latest data on extraordinary degrees of postponement of marriage and fertility in the Far East (e.g., Jones 2006; Retherford and Ogawa 2005), and from very recent information on cohabitation in Japan (Raymo and Iwasawa 2006), non-Western industrialized or industrializing populations could also be following suit” (p. 670).

Desta forma a STD pode ser vista como um aprofundamento da PTD, não apenas enquanto a consolidação da tendência de queda das taxas de fecundidade, mas principalmente devido à diversificação e ampliação dos novos arranjos familiares, das mudanças no comportamento sexual e do papel dos filhos na dinâmica das famílias. Um fenômeno decorrente do aumento do número de divórcios e de recasamentos é o surgimento da “família mosaico”⁸.

Contudo, a continuidade da queda da fecundidade e a manutenção de taxas muito baixas (lowest-low fertility) significam não só um novo marco quantitativo de queda, mas uma situação qualitativamente diferente, pois trata-se de um movimento de "retirada da procriação", já que cresce o número e a percentagem de mulheres e casais sem filhos, ou seja, fecundidade zero em diversos estratos da população. O casal DINC (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança, ou em inglês; Double Income, No Children)⁹ é exemplo de um arranjo familiar que dá mais valor para a auto-satisfação e para a realização dos desejos presentes do que para a satisfação futura de novas gerações. O mesmo acontece com homens e mulheres que não se casam e não têm filhos e optam por vidas independentes (living-apart-together). Geralmente, fecundidade média abaixo de 1,5 filhos por mulher significa que existe uma grande parcela que não optou por ter filhos. No longo prazo, a fecundidade muito baixa leva a uma intensificação do processo de envelhecimento populacional e a uma diminuição muito rápida da população (se não houver uma entrada maciça de imigrantes).

⁷ LESTHAEGHE, Ron, NEIDERT, Lisa The Second Demographic Transition in the United States: exception or textbook example? PDR: 32 (4), Washington, 2006.

⁸ Família mosaico, Revista Veja, edição especial, agosto de 2004: “Antigamente, o desenho de uma família era simples – pai, mãe e filhos. Hoje, de cada quatro casamentos, um acaba em separação no Brasil. O número de divórcios praticamente dobrou em apenas uma década. De cada cinco bebês nascidos em 2000, um viverá em família de pais separados antes de atingir a idade adulta. Com as separações, divórcios e novos casamentos, o organograma das famílias modernas é outro, completamente diferente. Nele cabem "o marido da mamãe", "o irmão por parte de mãe", "os filhos da mulher do papai" e por aí vai, num intrincado quebra-cabeça de parentes e meios-parentes, que especialistas batizaram de ‘família mosaico’”.

⁹ Na literatura internacional, costuma-se também usar o termo DINK = Double Income, No Kids.

A conjugação de baixíssima fecundidade com alta imigração internacional é o que o demógrafo David Coleman chama de **Terceira Transição Demográfica (TTD)**¹⁰. Especialmente em países europeus, que já estão com taxas de fecundidade baixíssimas há pelo menos três décadas, o processo de envelhecimento e de redução da população em idade economicamente ativa tem se combinado com a grande entrada de imigrantes de outras partes do mundo, provocando uma mudança na composição étnica e cultural destas sociedades:

“This article proposes that a third demographic transition is underway in Europe and the United States. The ancestry of some national populations is being radically and permanently altered by high levels of immigration of persons from remote geographic origins or with distinctive ethnic and racial ancestry, in combination with persistent sub-replacement fertility and accelerated levels of emigration of the domestic population. The estimates and projections on which these statements are based relate to seven European countries with a 2005 total population of 13 million – about half the population of Western Europe. Most of the other Western European countries, however, share the same essential features of low fertility and high immigration” (Coleman, 2006, p. 401).

Portanto, a discussão sobre a Terceira Transição Demográfica está colocada. No caso do Brasil, dado ao alto grau de heterogeneidade estrutural, as três transições podem ser encontradas, ao mesmo tempo, convivendo no mesmo espaço territorial. Do ponto de vista da migração o Brasil pode ser caracterizado como um país miscegenado e que recebeu muitos migrantes ao longo da sua história. Contudo, nas últimas décadas tem se tornado um país com saldo migratório negativo, isto é, tem mandado mais brasileiros para fora do país do que recebido imigrantes estrangeiros.

Em termos do comportamento reprodutivo, segundo o mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil, de Berquó e Cavenaghi (2004)¹¹, cerca de 5% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva, no ano 2000, tinham taxas de fecundidade acima de 5 filhos. Estas mulheres, de modo geral, tinham baixos níveis de renda e educação e o padrão das taxas de fecundidade específicas mantinha a mesma distribuição da época da PTD, ou seja, taxas mais altas nas idades mais jovens e com elevada fecundidade entre as adolescentes. Por outro lado, as mulheres com maiores níveis de renda e educação formal tinham um padrão de fecundidade ou ao nível de reposição ou muito baixo, próximos dos países que foram classificados na STD por Lesthaeghe e Neidert (2006) ou, para as mulheres no topo da pirâmide de renda e educação que possuem taxas de fecundidade próximas daquelas encontradas nos países europeus definidos por Coleman (2006) como estando na TTD.

¹⁰ COLEMAN, David. Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition. PDR: 32 (3), Washington, 2006.

¹¹ BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?texto_id=2511&palavraChave=berquo%20e%20cavenaghi

Para o Brasil que é um país com dimensões continentais e que tem em sua formação uma ampla diversidade étnica e cultural, cabe indagar se, para a média nacional, vamos ter níveis baixíssimos de fecundidade? Ou se vamos ter um movimento de “retirada da procriação” com o crescimento do número de mulheres e casais sem filhos? Aliás esta realidade não é só brasileira. Os demógrafos Luis Rosero Bixby, Teresa Castro e Teresa Martín, em trabalho apresentado no Cinquentenário do Celade, em Santiago do Chile, em 2007, fizeram a seguinte pergunta: “¿Se ha iniciado la retirada de la procreación en América Latina?”

Esta pergunta está em aberto, mas serve de referência para uma linha de pesquisa que vale a pena investir, pois conhecer os comportamentos reprodutivos dos diversos estratos populacionais e as desigualdades sócio-demográficas é uma necessidade premente para a definição das políticas públicas e para o planejamento social e econômico do país.